

na que Governo dando revisão

Sarney: Anistia
não é ponto
fundamental.

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Senador José Sarney, vice-líder da Arena, disse ontem que "não se deve conduzir o processo de abertura como se anistia fosse o ponto fundamental".

— A anistia não deve ser um tema de radicalização nem de julgamento, sob pena de não ser anistia e de não cumprir com os objetivos de conciliação a que visa todo o processo — acrescentou.

Na opinião de Sarney, aqueles que colocam a anistia como questão prioritária a ser examinada no curso das reformas "não estão querendo anistiar ninguém, mas tumultuar o diálogo".

— Toda revolução comete injustiças que devem ser reparadas — continuou o Senador. — Entendo que a sua revisão deve ser colocada em debate. O que não aceito é a colocação da anistia como julgamento da Revolução, como uma confrontação, pois desta maneira, passa a ser um desserviço ao País".

O Senador entende que "se deve partir de temas menos controvertidos para os mais complexos, sem repetir erros como o debate notívoco que foi suscitado à época em que tentou criar uma CPI para

apurar violências cometidas contra Direitos Humanos".

Sarney afirmou que o General João Baptista de Figueiredo deve encontrar o País unido em torno da normalização democrática. Não se deve, portanto, dividir nem radicalizar. Neste sentido, a colocação de qualquer debate como confrontação é um desserviço e dificulta o trabalho do Senador Petrólio Portela".

Sarney não acredita na revogação do artigo 185 da Constituição, que torna inelegíveis aqueles que tiveram suspensos os seus direitos políticos por Ato Institucional.

— Acredito no desejo manifesto do Presidente Geisel de entregar ao seu sucessor o País institucionalizado. Este, entretanto, não é um trabalho só do Presidente do Governo, mas do País como um todo.

Novos partidos

Sarney informou que não vem mantendo qualquer entendimento com outros políticos com vistas à criação de nova agremiação partidária. Segundo ele, antes de se cogitar da criação de novos partidos, é necessária uma definição sobre o tipo de eleição que será adotado, se por voto distrital ou proporcional.

Sobre a alteração na Lei Eleitoral e instituição de eleições diretas para governador em 1982, Sarney disse não acreditar que as regras do jogo sejam mudadas este ano.